

Câmara e Senado funcionarão com Constituinte

DEZ
1986

Brasília — As sessões da Assembléia Nacional Constituinte terão prioridade sobre as sessões do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O presidente da Constituinte poderá dispor sobre as dependências, funcionários e sobre o orçamento do Congresso Nacional. O acesso do povo às galerias não será mais livre, mas controlado pela Mesa da Assembléia Constituinte. Foi o que restou do projeto do deputado Ulysses Guimarães que propunha a substituição, durante a Constituinte, da Câmara e do Senado por comissões de legislação ordinária.

Reunida ontem pela manhã no gabinete do senador José Fragelli, a Mesa do Senado derrubou um acordo de lideranças firmado na tarde de segunda-feira, que previa a criação de comissões representativas do Senado (21 membros mais os líderes do partido) e da Câmara (49 membros mais os líderes), para estabelecer uma triagem dos projetos de legislação ordinária durante o funcionamento da Constituinte. Os senadores não abriram mão dos cargos que podem ocupar na Mesa e nas comissões permanentes da Casa, que seriam substituídas pelas duas comissões representativas.

“Eu já tenho compromissos com senadores que são candidatos à presidência de comissões”, alegou o líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli. O líder do PMDB, senador Alfredo Campos, apesar de ter concordado com a proposta de Ulysses Guimarães na reunião de segunda-feira, bombardeou-a ontem na reunião da Mesa do Senado. Ao lado dele ficaram os senadores Otávio Cardoso (PDS) e Enéas Farias (PMDB). “Prevalceu o fisiologismo dos senadores”, lamentou o líder do PDS na Câmara, Amaral Neto. “Agora instaurou-se a confusão, porque teremos mesas do Senado, da Câmara e da Constituinte funcionando ao mesmo tempo”, acrescentou.

JORNAL DO BRASIL

A Mesa da Câmara já havia aprovado o projeto de resolução do deputado Ulysses Guimarães quando foi chamada a ouvir as razões do Senado para rejeitá-lo, em reunião conjunta. Os deputados Ulysses Guimarães, Humberto Souto, José Frejat, Epitácio Cafeteira e Leur Lomanto seguiram para o gabinete do senador José Fragelli. Dessa reunião conjunta saiu a proposta final de resolução da Mesa, lida na sessão de ontem à noite no Congresso Nacional. Informado das mudanças, o líder do PCB na Câmara, deputado Roberto Freire, culpou o senador Alfredo Campos pelo rompimento do acordo.

“Ele não falava em nome do PMDB quando aceitou o acordo e, creio agora, nem eu seu próprio nome, pois mudou de posição”, criticou Freire. O senador Alfredo Campos culpou a imprensa pelo que chamou de “confusão”. Disse que “os jornais foram confusos ao explicar a reunião de ontem (anteontem). Nós concordávamos com as comissões, mas hoje ninguém concorda mais”, disse o líder do PMDB. Derrotado, o deputado Ulysses Guimarães apenas louvou o fato de que “a resolução garantiu os meios materiais para o funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte”.

Com exceção da liderança do PT (deputado Eduardo Suplicy), que acompanhou como ouvinte a reunião, todos concordaram, no entanto, com a limitação do acesso popular às galerias. O projeto de resolução apresentado ao Congresso, que deve ser votado até o final da semana, contém um artigo que prevê o credenciamento, pela Mesa da Assembléia Nacional Constituinte, das pessoas que podem ocupar as galerias durante as sessões.